



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV

18 de julho de 2019

PAUTAS

Apreciação do Edital e Calendário Eleitoral para eleição das coordenações de laboratório da EPSJV

O membro da comissão eleitoral explicou que o período de votação será de uma semana, que depende de cada laboratório se vai haver "propaganda eleitoral" antes da semana de votação ou não, que qualquer pessoa pode se candidatar, mesmo não sendo funcionário da Fiocruz. O pleito será conduzido num único escrutínio. A comissão vai publicar na lista Politec-I quem são os eleitores por laboratório e quem venceu a eleição.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou se os terceirizados podem se candidatar e o membro da comissão respondeu positivamente.

O CD aprovou por unanimidade o edital e o calendário eleitoral.

Deliberações da Assembleia de Trabalhadores sobre o processo eleitoral da Representação dos Trabalhadores

O trabalhador Felipe Santos relatou que, desde a última reunião do CD EPSJV, recolheu em torno de 80 assinaturas de trabalhadores, percentual que ultrapassa os 20% regimentais necessários para a convocação de uma Assembleia dos Trabalhadores. A Assembleia aconteceu no dia 15 de julho, com cerca de 40 participantes. A vacância na Reprepoli foi discutida, assim como o que se poderia fazer à luz do regimento. A proposta que ganhou por unanimidade foi a abertura do processo de eleição em julho para mandato tampão de agosto a dezembro de 2019.

A coordenadora do Lic-Provoc notou que a Reprepoli faz falta no CD diante de uma pauta como o questionamento dos órgãos de controle sobre o contrato de terceirização, observando que a massa dos terceirizados não tem possibilidade de participar da Asfoc-SN e as discussões de relações de trabalho ficam institucionalizadas e não sindicalizadas.

A confirmação do regulamento eleitoral foi feita por unanimidade pelo CD EPSJV.

Pauta da Revista Poli

A coordenadora da CCDE informou que a edição nº 65 (julho/agosto) da revista teve um atraso extraordinário, devido a problemas de saúde das duas repórteres que, atualmente, compõem a redação da publicação. Além disso, o setor passou por troca em sua coordenação. A contextualização, afirmou, era necessária para explicar por que a pauta da revista estava sendo apresentada ao CD, quando em momentos normais, o setor convocaria a comissão editorial delegada pelo CD para discutir a pauta.

Informou que a reportagem de capa vai aproveitar alguns marcos históricos sobre os direitos das crianças e trazer o contexto histórico dessa discussão. A segunda reportagem vai tratar do Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que tem validade

até 31 de dezembro de 2020. Outra reportagem vai explicar como é o processo de liberação de agrotóxicos no Brasil.

Haverá uma matéria que abordará aspectos da 16ª Conferência Nacional de Saúde ou algum tema importante que a repórter apure no evento, buscando a abordagem mais interessante e original possível.

Na seção 'Dicionário', o verbete da edição será 'Universidade'. A entrevista seria definida mais à frente, assim como as notas que compõem as seções 'Panorama' e 'Radar dos Técnicos', informou.

Os membros do CD EPSJV deram algumas sugestões de fontes e de enfoques para as matérias e aprovaram, por unanimidade, a pauta da próxima edição da revista.

O representante do Lateps afirmou que o CD optou pela constituição de um grupo (a comissão editorial), de modo que ele considerava a apresentação mais um informe do que um assunto deliberativo. A coordenadora do Lires afirmou que a ideia é que o CD também fosse um espaço de discussão, sendo a comissão convocada quando os tempos das reuniões e da produção da revista não batem.

A pauta foi aprovada por unanimidade pelo CD.

INFORMES

Manual de Fluxos da Comunicação

A coordenadora da CCDE apresentou o Manual de Serviços da Comunicação. A CCDE fez uma rodada de reuniões com todos os laboratórios (à exceção de dois que não disponibilizaram agenda) para explicar os fluxos em 2018. Agora, esses fluxos, que já são oficiais e formais do setor, estão reunidos em um documento só, para facilitar a interface da CCDE com os trabalhadores da Escola.

Representação da EPSJV em Câmaras Técnicas

O vice-diretor de Ensino afirmou que a EPSJV tem, até o momento, cerca de 35 representantes em fóruns da Fiocruz e externos. Explicou que a Direção gostaria de receber informes dessas reuniões, para que as discussões frutos dessa participação pudessem ser disseminadas para o conjunto da Escola – ou até mesmo se transformar em pautas institucionais. Para isso, seria preciso estabelecer um compromisso de que os relatos advindos desses encontros fossem repassados à Direção num prazo de cerca de uma semana após sua realização.

A coordenadora do Lires afirmou que o laboratório encaminha relatos para a Direção sobre sua participação na Câmara Técnica de Meio Ambiente. Destacou que seria interessante que esses representantes conseguissem conversar entre eles, e que seria um desafio pensar em mecanismos para que isso pudesse acontecer institucionalmente.

Participação da EPSJV na oficina de trabalho para atualização das diretrizes dos cursos de formação técnica de ACS e ACE

A chefe de Gabinete iniciou sua exposição, com uma breve contextualização, informando que a Escola havia criado um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma proposta de formação para Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate à Endemias (ACE), de modo a aproveitar o momento político do processo iniciado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), no que diz respeito à formação técnica dos ACS e trabalhadores da Vigilância em Saúde. A SGETS convocou uma reunião para atualizar as diretrizes curriculares dessas formações, da qual participaram,

representando a EPSJV, os trabalhadores Mariana Nogueira (Laborat) e Maurício Monken (Lavsa).

A ideia do Ministério é ofertar um curso técnico para 267 mil ACS e 72 mil ACE. No dia anterior à reunião, SGTES e SVS (Secretaria de Vigilância em Saúde) haviam definido que seria Curso Técnico em Vigilância em Saúde com ênfase em combate às endemias. A proposta é que 70% da carga horária sejam feita em serviço; 5% em encontros presenciais; 5% em laboratórios de práticas; e o restante a distância. De acordo com a chefe de Gabinete, essa estruturação não permite que se fale que os cursos serão EaD – já que 70% são em serviço.

Depois da apresentação, ETSUS, Fenasce e Conacs fizeram questionamentos, defendendo a necessidade de ser presencial e o fato de que não se poderia falar em um marco zero, conforme anunciado na reunião. Relembrou que há um histórico, com diretrizes do ACS e da área de vigilância publicadas. O Conass e o Conasems não estiveram presentes nas discussões.

O MS planeja publicar uma portaria em julho para instituir o repasse para que instituições públicas possam aderir à oferta dos cursos. A EPSJV e as demais representantes das ETSUS insistiram na necessidade de validação do material elaborado durante a oficina. Seguindo com o cronograma da Pasta, as diretrizes seriam publicadas em agosto e o repasse dos recursos aconteceria até dezembro para que o começo das aulas fosse em fevereiro de 2020.

A representante da Escola levantou a questão da necessidade de formação docente, apontando que um caminho seria retomar o mestrado RET-SUS. O Ministério demonstrou abertura para ampliar o Mestrado RET-SUS ou investir em uma especialização docente, mas pediu que a Escola fizesse uma pesquisa de avaliação do curso (a representante da Pasta citou como exemplo uma pesquisa que foi feita para o curso de Radioterapia, desenvolvida pela EPSJV).

Segundo a chefe de Gabinete, a participação da EPSJV foi importante, pois, muitas vezes, o MS pediu que a Escola conduzisse e apresentasse as discussões. Ela destacou ainda que foi importante o Lires ter se debruçado sobre a informação, pois não havia nada sobre essa área e a EPSJV acabou conduzindo as oficinas de ACS e ACE nesse momento. Já as ETSUS, citaram a pesquisa 'Saberes' e usaram o conhecimento produzido pela Escola para questionar pontos da proposta do MS. A Escola saiu fortalecida entre as ETSUS e com o próprio Ministério.

A Direção informou que entrará em contato com a Coordenação de Ações Técnicas da SGTES para ver a possibilidade de participar da discussão do edital e garantir participação nas duas últimas reuniões.

O representante do Lateps perguntou se a formulação de diretrizes curriculares não seria uma atribuição do Ministério da Educação (MEC). A chefe de Gabinete respondeu que o GT da Escola teve essa mesma dúvida quando discutiu. Após consulta do material, os membros recordaram do processo dos referenciais curriculares e diretrizes curriculares. O Ministério da Educação foi convidado a participar dos referenciais – mas não é obrigatória a participação da Pasta, já que o MS faz uso da prerrogativa constitucional de ordenar a formação de recursos humanos no SUS. Além disso, embora tenha sido convidado, o MEC não participou.

A chefe de Gabinete aproveitou para esclarecer que a EPSJV não foi convidada como ETSUS do Sudeste, mas como referência. E que o Ministério pediu à Escola, a partir de uma planilha do Censo da Educação Básica da pesquisa multicêntrica do Lateps, que informasse quais são as Escolas Técnicas que oferecem os cursos técnicos – mas que esses dados são de 2015.

O coordenador do Laborat refletiu que, historicamente, a SGTES trabalha com a ideia de concentração e dispersão – o treinamento em serviço seria um equivalente

à dispersão. Relatou que os representantes da Escola se empenharam enormemente para defender os pontos pactuados pelo CD, conseguiram avanços importantes, mas, ao mesmo tempo, se chocaram com a forma como a proposta foi apresentada em relação à EaD.

A chefe de Gabinete relatou que, apesar disso, os representantes da Escola e também da Conacs e da Fenasce saíram otimistas de que os cursos serão presenciais, mas o receio é que o que o MS chama de "treinamento em serviço" seja a distância.

O coordenador do Laborat afirmou que, pela sua lembrança, a ideia do treinamento em serviço nasce do modelo centrado em hospitais, onde as pessoas estão recebendo o treinamento no local. Ele questionou como isso se organizaria, para o ACS – que está no território.

O representante do Lateps refletiu que não fica claro se está nos planos do Ministério a entrada do setor privado e que a Escola precisa avaliar qual o limite do enfrentamento que pode fazer em relação a esse aspecto e aos demais. A chefe de Gabinete concordou que está em aberto o limite da participação da Escola e acredita ser improvável que o setor privado não entre. Ela afirmou que não se deve incluir a Escola em algo que represente um retrocesso.

O representante do Lateps sugeriu que a Escola envolva os IFS nessa discussão, por serem politicamente mais fortes – e já estarem, inclusive, mobilizados contra os cortes ao orçamento discricionário. Ele avaliou ainda que é um problema se o setor privado for pensado como alternativa, lembrando que, anos atrás, não havia curso de vigilância no setor privado.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou se quando se fala em treinamento em serviço, se tem a perspectiva de que é necessária uma supervisão.

O coordenador da CCI notou que o cronograma é incoerente e incongruente e disse que há ETSUS com dois professores, que não vão conseguir dar aula para 1,5 mil agentes e que a discussão sobre os profissionais que vão atuar, independente da modalidade presencial ou EaD, não pode ser feita faltando duas semanas para começar as aulas.

A chefe de Gabinete reafirmou que a Escola pode contribuir com especialização ou mestrado RET-SUS para dar conta da formação docente e que a Coordenação de Ações Técnicas tem respeitado as propostas da EPSJV – ressaltando que, diante do cronograma, não daria tempo, mas afirmando ser importante marcar posição.

O coordenador da CCI observou que, com a reforma do ensino médio, há perspectiva de certificação por notório saber, sem necessidade de formar docentes.

O representante do Lateps afirmou ser óbvio que o projeto em curso diverge substancialmente de tudo que a EPSJV sempre defendeu. Ele disse que é necessário marcar posição em relação às formações serem cursos técnicos – inclusive recuperando projetos como o Proformar e ACS – e ter em mente que o risco é que o edital seja aberto para o setor privado e, caso isso aconteça, não tem adesão, nem discussão de capacitação docente, nem de EaD. De acordo com ele, as ETSUS precisam perceber que é sua própria extinção que está em jogo.

A coordenadora da CCDE observou que foi durante o evento anual promovido pela Confederação Nacional dos Municípios, em Brasília, que a proposta de formação do ACS e ACE do governo foi publicizada pela primeira vez. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, aparece em um vídeo se dirigindo aos gestores municipais, defendendo a formação e ligando a mesma com a qualidade da atenção. Ela contou ainda que, no mesmo evento, a reação dos gestores municipais ao discurso de Mandetta sobre este ponto não foi boa, e que, além disso, há uma resistência histórica dos gestores em avançar na formação técnica dos ACS por temor de

futuros impactos orçamentários, dentre outros; de modo que não é tão estranho assim que o Ministério da Saúde não tenha chamado Conass e Conasems para a oficina em que estiveram os representantes da EPSJV.

O vice-diretor de Ensino concordou que Mandetta tem uma pauta com os ACS e cumprirá um papel importante na definição desse processo que tende a ultrapassar a SGTES. Afirmou também que o esforço político deve prever a possibilidade de intervenção da Fiocruz como um todo, através Presidência, e lembrou que seria desejável fazer uma articulação interna com a Fiocruz Ceará.

A chefe de Gabinete disse acreditar ser estratégico reafirmar o lugar da EPSJV na Fiocruz como referência na formação técnica de nível médio.

Contribuições para a 16ª Conferência Nacional de Saúde

O vice-diretor de Ensino informou que, no dia 17 de julho, a Direção encaminhou um documento para laboratórios e setores com propostas relacionadas à 16ª CNS extraídas de outros fóruns e o posicionamento que a Escola pretende levar para os debates. Disse ainda que a previsão era de que o debate sobre o documento acontecesse até o dia 23 de julho para que, no dia 31, o grupo de representantes da Escola na conferência se reunisse.

O representante do Lateps afirmou que, nessa conjuntura, conferência é ato político. Para ele, a centralidade da Escola deve ser menos na construção de propostas dos laboratórios, já que essa é a etapa nacional.

O coordenador da RET-SUS afirmou que a conferência poderia se ocupar da reforma tributária porque temos que nos apropriar do que está sendo colocado no Congresso e pelo Executivo.

O coordenador do Labgestão observou que essa conferência tem um caráter especial porque, na sua avaliação, o documento orientador é muito restritivo e isso gera dificuldades.

A coordenadora do Lires explicou que, neste momento, não se tem possibilidade de incluir propostas novas. Só validar ou invalidar as existentes. E que a estratégia das moções de apoio ou repúdio é um caminho para expressar posições. Também refletiu que se a reforma tributária não for discutida, não adianta o convidado falar sobre o assunto.

Reunião com a CGU sobre os processos de licitação

O vice-diretor de Gestão informou que nos meses de abril e maio, a EPSJV recebeu a auditoria da Fiocruz e se comprometeu a, nos próximos contratos e editais, não fixar valor de plano de saúde e benefícios no edital. Acrescentou que, no entanto, após a publicação do edital do contrato de docência, que aconteceu em junho, a Controladoria Geral da União (CGU) apontou pontos para revisão. Diante disso, a Escola tomou a decisão de revogar o pregão do contrato de gestão também, já que os mesmos pontos se repetiam nele.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou qual impacto que essas recomendações geram na questão salarial, pedindo mais detalhes.

O vice de Gestão afirmou que o próximo edital detalharia mais as atribuições de cada cargo, de modo a justificar o salário. Acrescentou que não pode afirmar de que não há risco de redução salarial; na sua avaliação sempre haverá, principalmente no momento atual. Ele informou ainda que uma comissão da Escola já havia sido formada antes do apontamento da CGU para trabalhar em relação às questões do contrato de gestão.

O coordenador do Laborat afirmou que vem acompanhando o esforço da Direção há algum tempo já que, periodicamente, a Administração explica ao CD esse contrato [de gestão] e todos reconhecemos enorme esforço que fizeram para botar editais na rua. E sugeriu que os ajustes sejam feitos e se coloque novamente em pregão no tempo mais breve possível.

O vice de Gestão respondeu que, em até seis meses o pregão do contrato de docência deve acontecer; prazo que é de 12 meses para o contrato de gestão. Informou que o prazo original da comissão, de 12 a 18 meses, foi reduzido para seis meses para que a unidade antecipe as discussões e dê andamento ao pregão.

34 anos da EPSJV

O vice-diretor de Ensino agradeceu aos laboratórios pelas contribuições para o seminário comemorativo dos 34 anos da Escola, explicando que não foi possível incluir todas.

A coordenadora da CCDE apresentou a programação final, para os dias 19 e 20 de agosto, que tem como tema 'Participação Popular na Construção de Políticas Públicas'.